

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL")

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de diretoria realizada em 01 de fevereiro de 2016.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 26 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

2.4. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Ampla Energia e Serviços S.A.

2.5. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ampla Energia e Serviços S.A.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.7. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.8. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.9. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Ampla Energia e Serviços S.A.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.10. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado <i>O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.
Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013) <i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

Ampla Energia e Serviços S.A.

2.12. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias</p> <p><i>As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Ampla Energia e Serviços S.A.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto</p> <p><i>A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.</p>	

Ampla Energia e Serviços S.A.

3. Revisão e reajuste tarifário

A Companhia teve o reajuste tarifário médio, em 15/03/2015, de 42,19%, conforme Resolução Homologatória nº 1.861/2015. Em 07/04/2015, foi revisada a tarifa devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação - Resolução nº 1.869/2015, as novas tarifas foram reajustadas com efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada - ACR

A Ampla recebeu aporte de R\$ 243.764, conforme Despacho nº 773 de 27/03/2015, que reduziu a conta de "Valores a receber de Parcela A" registrada no ativo circulante da Companhia.

b) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias.

O Decreto nº 8.401 de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias

A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

Ampla Energia e Serviços S.A.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	9.493	19.375
Total de caixa e contas correntes bancárias	9.493	19.375
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	3.971
Operações compromissadas	17.759	49.367
Total das aplicações diretas	17.759	53.338
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	18.071	15.363
Operações compromissadas	88.803	26.698
Total de fundos de investimento não exclusivos	106.874	42.061
Total	134.126	114.774

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos não exclusivos	27.896	10.806
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	77.624	7.346
LF - Letra Financeira	1.839	-
Total	107.359	18.152

Ampla Energia e Serviços S.A.

7. Consumidores

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2015	31/12/2014
Classe de consumidores:					
Residencial	180.502	124.754	41.334	346.590	221.364
Industrial	54.662	10.150	21.838	86.650	53.091
Comercial	76.140	36.706	25.403	138.249	83.017
Rural	13.347	2.856	1.181	17.384	13.942
Poder público iluminação pública	79.331	64.502	74.509	218.342	86.804
Serviço público	9.826	1.662	117	11.605	6.553
Revenda	11.656	89	-	11.745	7.477
Fornecimento	425.464	240.719	164.382	830.565	472.248
Receita não faturada	273.637	-	-	273.637	164.853
Consumidores baixa renda	6.576	-	-	6.576	10.586
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Contas a receber com partes relacionadas (vide Nota 17)	58	-	-	58	63
Outros créditos	71	-	-	71	121
Subtotal	705.806	240.719	168.518	1.115.043	652.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(135.253)	(135.253)	(88.777)
Total circulante	705.806	240.719	33.265	979.790	563.230
Não circulante					
Parcelamento de débitos	-	-	52.796	52.796	76.028
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(48.427)	(48.427)	(54.347)
Total não circulante	-	-	4.369	4.369	21.681

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(143.124)	(126.594)	86.038	(183.680)
	(143.124)	(126.594)	86.038	(183.680)

Consumidores - serviços prestados

Esta composta por recebíveis relacionados com as atividades advindas da prestação de serviços a terceiros como, convênios nas faturas de energia, contrato de aluguel de uso mútuo de postes, serviços adicionais proferidos pelos consumidores, entre outros.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/12/2015	31/12/2014
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	75.988
Resolução Homologatória 1.861/2015	113.703	-
Parcela de ajuste (estimativa)	6.147	2.355
Atualização monetária (*)	1.636	-
	173.228	78.343

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, e que deverá ser aplicada a partir de março/2015.

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela AMPLA, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 231.405, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	34.227	-	10.718	-
ICMS	47.459	77.922	47.154	56.151
PIS e COFINS	7.300	31.881	4.294	27.551
Outros tributos	1.629	-	1.519	-
Total de tributos a compensar	90.615	109.803	63.685	83.702

Do total de crédito de ICMS, R\$ 110.031 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 75.531 em 2014) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

10. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energia	381.497	66.888	105.498	26.691
Encargo de serviço do sistema - ESS	(91.331)	(7.852)	(51.683)	(12.656)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	17.236	(3.356)	22.371	5.627
Uso da rede básica	100.294	25.374	1.141	298
Outros	9.113	4.200	(3.927)	(781)
Total das amortizações / diferimentos tarifários (CVAs)	416.809	85.254	73.400	19.179
Sobrecontratação de energia	19.780	(11.928)	251.012	57.229
Bandeira não faturada	(24.715)	-	-	-
Neutralidade	26.867	7.767	(3.928)	(453)
Outros ativos e (passivos) regulatórios	20.333	(2.387)	15.369	3.981
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	42.265	(6.548)	262.453	60.757
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	459.074	78.706	335.853	79.936

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Ampla Energia e Serviços S.A.

11. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.342.255	1.383.297
Transferências do ativo intangível	293.757	160.041
Marcação a mercado - ativo financeiro	196.479	(201.083)
Saldo final	1.832.491	1.342.255

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

12. Intangível

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.143.946	(1.795.575)	(176.779)	2.171.592	489.059	(44.210)	444.849	2.616.441
Adições	-	-	-	-	548.637	(40.476)	508.161	508.161
Baixas	(100.620)	62.727	-	(37.893)	-	-	-	(37.893)
Amortização	-	(220.132)	12.732	(207.400)	-	-	-	(207.400)
Transferências	538.216	-	(401)	537.815	(538.216)	401	(537.815)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.041)	-	-	(160.041)	-	-	-	(160.041)
Reclassificação do imobilizado	368	-	-	368	-	-	-	368
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.421.869	(1.952.980)	(164.448)	2.304.441	499.480	(84.285)	415.195	2.719.636
Adições	-	-	-	-	784.592	(23.054)	761.538	761.538
Baixas	(113.476)	105.660	15.563	7.747	-	-	-	7.747
Amortização	-	(243.482)	12.512	(230.970)	-	-	-	(230.970)
Transferências	659.501	-	(1.815)	657.686	(659.501)	1.815	(657.686)	-
Transferências para o ativo indenizável	(294.742)	-	985	(293.757)	-	-	-	(293.757)
Reclassificação para o Imobilizado	-	(183)	-	(183)	(3.680)	-	(3.680)	(3.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.673.152	(2.090.985)	(137.203)	2.444.964	620.891	(105.524)	515.367	2.960.331

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

Ampla Energia e Serviços S.A.

13. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica		
Compra de energia	660.878	471.916
Encargo de uso da rede	13.532	15.320
Diferencial Eletronuclear	779	12.781
Partes relacionadas (vide Nota 17)	2.056	2.674
Materiais e serviços	238.793	158.274
Total	916.038	660.965
Circulante	916.003	659.982
Não circulante	35	983

14. Obrigações fiscais

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	148.692	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	35.956	14.887
Programa de integração social - PIS	7.761	3.192
Imposto sobre serviços - ISS	3.340	1.913
INSS s/ terceiros	8.709	3.582
Parcelamento especial	-	464
Outros	11.688	5.227
Total	216.146	29.265

Com o advento da Lei no 12.973/2014, foi extinto o Regime de Tributação Transitório que, contudo, não provocou efeitos na base de cálculo de IRPJ e CSLL da Companhia. Não obstante, foram introduzidas alterações na apuração do PIS e da COFINS pela inclusão da variação dos itens financeiros setoriais – CVA.

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2015	31/12/2014	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
Empréstimos							
Banco do Brasil S.A	101.813	101.384	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A	30.424	30.320	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
	132.237	131.704					
Financiamentos							
BNDES (Capex 2011)	55.972	66.149	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011)	48.622	67.798	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	48.642	67.826	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	61.313	69.928	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	106.274	129.199	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	106.317	129.252	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2014-2015)	56.854	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	56.920	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18%
Eletrobras	-	13.866	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,0%
Eletrobras	-	9.925	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7,0%
Empréstimos e financiamentos	540.914	553.943					
Partes relacionadas							
Enel Brasil (vide Nota 17)	878.138	-	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	878.138	-					
Total de empréstimos e financiamentos	1.551.289	685.647					
(-) Parcela de curto prazo	(119.520)	(112.914)					
Parcela do não circulante	1.431.769	572.733					

Ampla Energia e Serviços S.A.

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
Banco do Brasil	Capital de Giro	130.000	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	877.053	100%	-

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir anualmente as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012-2013 e 2014-2015	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012-2013 e 2014-2015	Endividamento Bancário Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações acima foram atendidas, exceto o indicador “Dívida Financeira Líquida / EBITDA”, para o qual a Companhia obteve o waiver, válido em 31 de dezembro de 2015, com os bancos financiadores, e está em processo de formalização para modificar o critério de cálculo do covenant.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2015					
2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total não circulante
168.193	148.818	1.006.496	62.582	45.680	1.431.769

16. Debêntures

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série - 6ª emissão	58.869	-	59.008	58.500
2ª série - 6ª emissão	92.884	164.613	9.638	223.375
1ª série - 7ª emissão	50.624	50.000	428	100.000
2ª série - 7ª emissão	12.593	385.551	11.476	348.788
1ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000
2ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000
(-) Custo a amortizar	(1.202)	(2.701)	(1.206)	(3.903)
Total sem efeito de swap	235.868	897.463	96.128	1.026.760
Resultado das operações de swap	(1.912)	(5.385)	(259)	(10.381)
Total das debêntures	233.956	892.078	95.869	1.016.379

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 1.912 (R\$ 259 em 2014) e R\$ 5.385 (R\$ 10.381 em 2014), respectivamente.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	95.869	1.016.379	1.112.248
Amortização	(58.500)	-	(58.500)
Encargos provisionados	112.963	-	112.963
Encargos pagos	(105.531)	-	(105.531)
Variação monetária	-	60.305	60.305
Transferência de prazos	186.555	(186.555)	-
Custo de transação amortizado	-	1.206	1.206
Resultado de swap	2.600	743	3.343
Em 31 de dezembro de 2015	233.956	892.078	1.126.034

Durante 2015 a Companhia obteve aprovação, através de Assembleias de Debenturistas, para modificar a fórmula de cálculo dos covenants. A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2015.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,75	3,75	3,75
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2017	2018	Após 2018	Total
2ª série - 6ª emissão	82.307	82.306	-	164.613
1ª série - 7ª emissão	50.000	-	-	50.000
2ª série - 7ª emissão	128.517	128.517	128.517	385.551
1ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	50.000	150.000
2ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	50.000	150.000
(-) Custo de transação	(908)	(798)	(995)	(2.701)
Total a amortizar	359.916	310.025	227.522	897.463

17. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2015				31/12/2014			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	491.635	(44.757)	-	-	445.033	(47.753)
CEN - Companhia de Interconexão Energia (b)	-	298	-	(3.553)	-	476	-	(3.615)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)	-	1.111	-	(8.803)	-	885	-	(8.262)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	58	647	-	748	63	115	-	540
Enel Energy (e)	-	-	-	-	-	1.198	-	(1.754)
Enel Brasil (f)	-	-	878.138	(56.315)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	58	2.056	1.369.773	(112.680)	63	2.674	445.033	(60.844)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasileiros	-	-	(491.635)	-	-	-	(445.033)	-
Total	58	2.056	878.138	(112.680)	63	2.674	-	(60.844)

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 5, 13, 15 e 18).

Ampla Energia e Serviços S.A.

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 18.
- b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética: Despesas com a Rede Básica no exercício, que tem seus contratos homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.: Os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 2º LEE – 2005 ou MCSD 2º LEE 2005
- d) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil"): decorre de contratos através dos quais a Companhia arrecada e repassa à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem ao projeto Eletrodependentes, no montante total contratado de R\$1.188 e ao projeto de Bombeamento Solar.
- e) Enel Energy: Serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software (hyperium, nostrum, oracle, osisoft e sap) onde o faturamento é feito semestralmente.
- f) Enel Brasil: Mútuos contratados em 2015 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 15).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 13.821 (R\$ 6.219 em 2014).

18. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

- a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.021.198	933.485	Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	646.407	540.146
Custo dos serviços correntes	1.837	1.231	Retorno esperado dos ativos do plano	78.655	63.192
Custos dos juros	121.575	109.714	contribuições recebidas de participantes do plano	22	28
Contribuição de participantes do plano	22	29	Contribuições do empregador	61.967	48.820
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(18.327)	65.092	Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.352)
Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.353)	Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.029.004	1.021.198	Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	656.657	646.406

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	1.029.004	1.021.198
Valor justo dos ativos	(656.657)	(646.406)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	372.347	374.792
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	119.288	70.242
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	491.635	445.034

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente bruto	1.859	1.259
Contribuições de participante	(22)	(28)
Custo do serviço líquido	1.837	1.231
Juros sobre a obrigação atuarial	121.575	109.714
Rendimento esperado dos ativos no ano	(78.655)	(63.192)
Juros líquidos sobre o passivo	42.920	46.522
Total reconhecido na DRE	44.757	47.753

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2015	31/12/2014
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(18.327)	65.092
(Ganho)/Perda sobre os ativos	33.093	(82.572)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	49.045	70.242
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	63.811	52.762

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2015	31/12/2014
Retorno esperado sobre os ativos do plano	78.655	63.192
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572
Retorno real sobre os ativos dos planos	45.562	145.764

Ampla Energia e Serviços S.A.

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Médico	FGTS
Taxa de desconto	14,18%	14,18%	14,18%	14,21%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,18%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Média	Média	Média	Média

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2015			
	Saldo acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Pagamentos
Trabalhistas (a)	151.201	13.774	(8.404)	26.525	(7.959)
Cíveis (b)	240.918	96.337	(53.156)	84.123	(78.136)
Fiscais (c)	27.381	-	-	2.090	(548)
Regulatório (d)	39.535	593	(93)	2.431	(14.520)
Total das provisões	459.035	110.704	(61.653)	115.169	(101.163)

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou execução fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 12.326 (R\$ 11.694 em 2014).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Encontra-se provisionado pelo valor de R\$ 4.991 (4.771 em 2014)

Ampla Energia e Serviços S.A.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	505.324	438.632
Cíveis	762.230	527.325
Fiscais	1.809.217	1.732.992
Juizados especiais	128.526	176.450
	<u>3.205.297</u>	<u>2.875.399</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.127.837 (R\$ 1.068.018 em 2014).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 149.174 (R\$ 142.141 em 2014).

ICMS - Prazo de recolhimento

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 284.798 (R\$ 268.912 em 2014).

Ampla Energia e Serviços S.A.

ICMS - Diversos temas

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 199.158 em 2014), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empacotamento, juntos somam o valor de R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 35.773 em 2014). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 10.830 e 1.887, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.296 e R\$ 1.739 em 2014, respectivamente).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$ 10.144 (R\$ 6.955 em 2014)

Ativo contingente não registrado

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 166.758 (R\$ 161.686 em 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	173.993	157.979
Cíveis	46.549	35.198
Fiscais	3.071	2.877
Total	223.613	196.054

Ampla Energia e Serviços S.A.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2015		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	R\$
	(lote por mil ações)		
Enel Brasil S.A.	1.839.121.933	46,89	608.740
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526	21,02	272.888
Enersis S.A.	838.778.796	21,38	277.562
Chilectra S.A.	405.768.824	10,34	134.237
Outros	14.238.839	0,37	4.803
Total de ações em circulação	3.922.515.918	100,00	1.298.230

Com o objetivo de manter os valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA cotados dentro dos valores mínimos por ela estabelecidos, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de dezembro de 2015, operação de grupamento de ações, na proporção de 40.000 ações para 1 (uma) ação, sem redução de capital social. As ações passaram a ser negociadas na forma agrupada a partir do dia 15 de janeiro de 2016. Nessa data o capital social da Companhia passou a ser representado por 98.062.897 (noventa e oito milhões, sessenta e duas mil, oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia optou por oferecer aos seus acionistas período para livre ajuste de posição de 30 dias, conforme Instrução CVM 323/00, e o leilão das frações remanescentes após o grupamento será efetuado no dia 29/01/16.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Ampla Energia e Serviços S.A.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(35.234)	194.830
(-) Reserva legal	-	(9.742)
(+) Reversão de dividendos prescritos	28	534
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(35.206)	185.622
Dividendo mínimo obrigatório	-	46.406
	(35.206)	139.216
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(42.115)	(34.823)
Reserva reforço de capital de giro / compensação de prejuízo	(77.321)	104.393

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2015, o saldo de dividendos no montante de R\$ 46.237, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 seria liquidado até 31 de dezembro de 2015. Em 30 de dezembro de 2015 os acionistas emitiram, individualmente, carta de anuência a Companhia autorizando a postergação do pagamento do correspondente dividendo até dezembro de 2017, a fim de reforçar sua liquidez.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

21. Lucro (prejuízo) por ação

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) no exercício	(35.234)	194.830
Número de ações (por lote de mil)	3.922.515.918	3.922.515.918
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (reais por milhares de ações)	(0,00898)	0,04967

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro (prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

Ampla Energia e Serviços S.A.

22. Receita líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento faturado	6.217.187	4.720.142
Fornecimento não faturado	108.785	11.778
Consumidores, concessionários e permissionários	6.325.972	4.731.920
Suprimento de energia elétrica	66.560	54.197
Baixa renda	49.851	60.769
Subvenção CDE - desconto tarifário	134.715	126.801
Disponibilidade da rede elétrica	246.762	164.663
Receita de construção	761.538	508.161
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	885.415	415.789
Outras receitas	71.490	77.619
Receita operacional bruta	8.542.303	6.139.919
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.698.658)	(1.211.660)
PIS	(135.752)	(44.675)
COFINS	(625.281)	(205.776)
ISS	(3.103)	(2.686)
Encargo Setorial CDE	(854.498)	(50.554)
P&D e eficiência energética	(37.728)	(35.514)
Taxa de fiscalização	(9.903)	(7.662)
Total de deduções de receita	(3.364.923)	(1.558.527)
Total	5.177.380	4.581.392

23. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/12/2015				31/12/2014			
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(105.139)	-	(82.732)	(187.871)	(100.367)	-	(61.800)	(162.167)
Material	(13.730)	-	(1.074)	(14.804)	(11.813)	(4.011)	(888)	(16.712)
Serviços de terceiros	(366.948)	(3.847)	(62.694)	(433.489)	(226.589)	(8.044)	(62.128)	(296.761)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.792.124)	-	-	(2.792.124)	(2.205.952)	-	-	(2.205.952)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(235.625)	-	-	(235.625)	(232.659)	-	-	(232.659)
Encargos de serviços do sistema	(134.307)	-	-	(134.307)	582	-	-	582
Custos na desativação de bens	(18.008)	-	-	(18.008)	(41.367)	-	359	(41.008)
Depreciação e amortização	(208.394)	-	(13.701)	(222.095)	(206.544)	-	(7.156)	(213.700)
PCLD clientes - líquidas	-	(128.153)	-	(128.153)	-	(51.777)	-	(51.777)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(49.051)	(49.051)	-	-	(58.449)	(58.449)
Custo de construção	(761.538)	-	-	(761.538)	(508.161)	-	-	(508.161)
Indenizações DIC / FIC	(44.522)	-	-	(44.522)	(40.195)	-	-	(40.195)
Outros custos operacionais	(1.741)	-	(24.691)	(26.432)	(17.670)	-	(23.179)	(40.849)
Total	(4.682.076)	(132.000)	(233.943)	(5.048.019)	(3.590.735)	(63.832)	(213.241)	(3.867.808)

Ampla Energia e Serviços S.A.

24. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(34.667)	(34.667)	297.782	297.782
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	8.691	3.120	(74.422)	(26.800)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(8.402)	(3.214)	(3.887)	(1.672)
Incentivos fiscais e outros	(560)	(202)	3.829	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(271)	(296)	(74.480)	(28.472)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(97.469)	(36.747)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(271)	(296)	22.989	8.275
Total	(271)	(296)	(74.480)	(28.472)
Total efeito no resultado	(567)		(102.952)	

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	272.832	215.074	57.758	(37.104)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.186	56.867	14.319	(2.963)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	177.511	156.072	21.439	15.950
Provisão para perdas de estoque	249	249	-	(136)
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	(46.620)
Outras	23.886	1.886	22.000	(3.335)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(171.344)	(113.019)	(58.325)	68.368
IFRIC 12	(171.344)	(113.019)	(58.325)	68.368
Efeito no resultado do exercício	101.488	102.055	(567)	31.264
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	162.767	139.819	22.948	18.860
Plano de Pensão	165.132	143.436	21.696	17.939
Swap	(2.365)	(3.617)	1.252	921
Total	264.255	241.874	22.381	50.124

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Ampla Energia e Serviços S.A.

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.228	29.556
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	77.205	55.166
Variações monetárias diversas	14.483	10.695
Receita financeira de ativo indenizável	171.541	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	63.087	-
Outras receitas financeiras	29.511	31.618
Total da receita financeira	<u>370.055</u>	<u>127.035</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(121.011)	(59.683)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(115.169)	(81.065)
Encargo de fundo de pensão	(42.920)	(46.522)
Variações monetárias debêntures	(60.305)	(35.594)
Juros de debêntures	(112.962)	(81.011)
Despesa financeira de ativo indenizável	-	(201.083)
Outras despesas financeiras	(81.716)	(37.879)
Total da despesa financeira	<u>(534.083)</u>	<u>(542.837)</u>
Resultado financeiro	<u>(164.028)</u>	<u>(415.802)</u>

26. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Ampla Energia e Serviços S.A.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 15 e 16, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia. O índice de endividamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de 49% e em 2014 de 39%.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 90,1% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 13,7% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 6,6% das dívidas variáveis (5,96% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 7.297 (R\$ 10.640 em 2014), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 3.683 (R\$ 2.709 em 2014).

e) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Ampla Energia e Serviços S.A.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.091	4.123	18.261	86.725	25.897	137.097
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	9.545	18.810	114.037	2.202.595	45.219	2.390.206
Debêntures	22.852	-	275.176	1.085.561	-	1.383.589
	34.488	22.933	407.474	3.374.881	71.116	3.910.892
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.609	5.661	24.321	109.437	48.529	190.557
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	8.059	21.129	99.547	508.706	23.950	661.391
Debêntures	17.112	-	138.818	1.267.793	-	1.423.723
	27.780	26.790	262.686	1.885.936	72.479	2.275.671

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 03/09/12	(2.850)	(1.632)	(4.482)
"Swaps" de juros 08/11/12	(1.726)	-	(1.726)
	(4.576)	(1.632)	(6.208)
31 de dezembro de 2014			
"Swaps" de juros 03/09/12	(2.765)	(1.871)	(4.636)
"Swaps" de juros 08/11/12	(2.574)	-	(2.574)
	(5.339)	(1.871)	(7.210)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor a opção de utilizar, no curto prazo, limites de contas garantidas no valor de R\$ 50.000 e linhas comprometidas no valor de R\$ 170.000 contratadas em 31 de dezembro de 2015.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2015		31/12/2014	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	134.126	134.126	114.774	114.774
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	107.359	107.359	18.152	18.152
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	40.923	40.923	27.854	27.854
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	984.159	984.159	563.230	563.230
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	7.297	7.297	10.640	10.640
Empréstimos com Partes relacionadas em moed	Empréstimos e recebíveis	2	8.594	8.594	-	-
Valores a receber de parcela A e outros itens fin	Empréstimos e recebíveis	2	537.780	537.780	415.789	415.789
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.832.491	1.832.491	1.342.255	1.342.255
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacion	Outros passivos financeiros	2	1.551.289	1.442.068	685.647	683.667
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.133.331	1.101.586	1.122.888	1.124.638
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	916.038	916.038	660.965	660.965

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2015 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	205	5.591	5.386
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	135	1.706	1.571

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2015.

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 2 (dois) contratos de swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/12/2015	31/12/2014
Contratos de swaps:						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	(5.591)	(6.235)
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	15/06/2016	CDI + 1,20%aa 9,59% aa	(1.706)	(4.405)

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Indexador do contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	215.701	259.670	43.969	302.368	86.667
IPCA	95.502	112.794	17.292	125.983	30.481
TJLP	32.767	37.805	5.038	42.781	10.014
FIXO	6.500	6.500	-	6.500	-
Total	350.470	416.769	66.299	477.632	127.162

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debênture 1ª série - 6ª, 7ª e 8ª emissões	19.073	23.177	4.104	27.162	8.089
Swap ponta ativa	(19.073)	(23.177)	(4.104)	(27.162)	(8.089)
Swap ponta passiva	11.084	11.084	-	11.084	-
Total	11.084	11.084	-	11.084	-

Ampla Energia e Serviços S.A.

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.318.300 em 2016, R\$ 2.330.151 em 2017, R\$ 2.533.185 em 2018, R\$ 2.658.117 em 2019 e R\$ 46.322.643 após 2019.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que foram homologados pela ANEEL.

28. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$ 12.638 (R\$ 14.441 em 2014).

29. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização	
	De	Até			
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 1.505.861	R\$	192.195
Responsabilidade civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$	768.780